

GRAMATICALIZAÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA:  
UM ENFOQUE NO DOMÍNIO DA JUNÇÃO

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

**RESUMEN.** Este estudio enfoca, en un análisis de naturaleza cualitativa y cuantitativa, el proceso de gramaticalización de la locución disyuntiva de valor contrastivo *mesmo/ainda assim* en correlación con su funcionamiento en Tradiciones Discursivas desde el siglo XVIII hasta el XXI. Los resultados señalan una estrecha relación entre las tradiciones investigadas y un camino de cambio que se revela todavía en curso.

*Palabras clave:* gramaticalización, Tradiciones Discursivas, conjunción, contraste.

**ABSTRACT.** This paper is focused, in a qualitative and quantitative analysis, on the process of grammaticalization of the junctive phrase *mesmo/ainda assim* of contrastive value in correlation to its function in Discursive Traditions, investigated from the 18th to 21th centuries. The results point out to a close relation between the investigated texts traditions and a path of change that has been revealed to be still going on.

*Keywords:* grammaticalization, Discursive Tradition, junction, contrast.

**RESUMO.** O Este artigo focaliza, numa análise de natureza qualitativa e quantitativa, o processo de gramaticalização da locução juntiva de valor contrastivo *mesmo/ainda assim* em correlação ao seu funcionamento em Tradições Discursivas dos séculos XVIII a XXI. Os resultados apontam para uma estreita relação entre as tradições investigadas e um caminho de mudança que se revela ainda em curso.

*Palavras-chave:* gramaticalização, Tradição Discursiva, junção, contraste.

**1. INTRODUÇÃO.** Neste artigo, resultado de trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto para a História do Português Paulista (também conhecido como Projeto Caipira ou Caipirão), analiso o funcionamento da locução juntiva *mesmo/ainda assim*, priorizando a abordagem de seu desenvolvimento, via processo de gramaticalização (GR), em diferentes Tradições Discursivas (TDs), no recorte temporal compreendido entre os séculos XVIII e XXI.

O conceito de TD é definido, aqui, a partir de um laço que se estabelece entre *atualização e tradição via repetição* de um texto, ou de uma forma textual, que caracteriza uma maneira particular de escrever ou falar,



*Signo y Señá*, número 25, junio de 2014, pp. 181-213

Facultad de Filosofía y Letras (UBA)

<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>

ISSN 2314-2189

significável, e, portanto, com valor de signo propriamente dito. Uma TD pode se formar em relação a qualquer finalidade de expressão ou qualquer elemento de conteúdo (Kabatek 2005a, 159), a partir da reduplicação do nível histórico de Coseriu (1979).

Por sua vez, a GR é entendida a partir da concepção de Traugott (1982, 2003), Traugott e König (1991), entre outros, que prioriza a análise dos aspectos semânticos e pragmáticos envolvidos no processo, definido como a pragmatização gradual do significado, que envolve estratégias de caráter inferencial e metafórico.

A GR pode ser concebida como *modelo conceitual* e/ou como *processo*. Enquanto *modelo conceitual* é definida como a parte do estudo linguístico que focaliza a emergência de formas/construções gramaticais, como são usadas e como formam/moldam a língua. Relaciona-se com a questão de discretude entre os limites categoriais e com a interdependência entre estrutura e uso, entre o fixado e o menos fixado na língua (Hopper e Traugott 1993, 1). Segundo Heine (2003, 578), sua motivação principal é o sucesso da comunicação. Por isso, uma estratégia sobressalente é o uso de formas linguísticas associadas a significados concretos, facilmente acessíveis e/ou delineáveis, para expressar conteúdos menos concretos, menos facilmente acessíveis e/ou delineáveis. Assim, expressões lexicais ou menos gramaticais são pressionadas a servir a funções mais gramaticalizadas.

GR é também um *processo*, por meio do qual, expressões de significados concretos são usadas para codificar significados gramaticais, de forma unidirecional em essência. Contextos específicos são requeridos nesse processo, por isso, a GR, como *teoria*, está também interessada no ambiente pragmático e morfossintático em que a GR, como *processo*, ocorre, podendo ser considerada a partir de uma perspectiva *diacrônica*, que focaliza relações entre fonte, percurso e meta; *sincrônica*, que focaliza a fluidez dos padrões linguísticos, a partir de um enfoque pragmático-discursivo e sintático; ou *pancrônica*, caracterizada pela interdependência entre *sincronia* e *diacronia*, em que subjaz o “método de reconstrução interna” (Traugott 1982).

O objetivo central deste artigo<sup>1</sup> é mostrar a proximidade dos domínios conceituais considerados básicos para a emergência dos sentidos da locu-

1 Parte de tese de doutorado defendida em 05/2011, na UNESP-IBILCE (Fapesp/Proc. 07/07955-5).

ção *mesmo/ainda assim*, como resultado de um processo de GR ainda em curso. Esse processo, no entanto, será focalizado, neste estudo da língua, levando-se em consideração as TDs, a partir do entendimento de que a adoção de novas TDs tem servido, na história das línguas, como motor para inovações e mudanças, o que leva ao pressuposto de que, a cada nova tradição, pode se dar uma busca por meios linguísticos apropriados, podendo levar tanto à conservação do que já existe no sistema, como à criação de algo novo.

Considero, portanto, uma possível relação entre TD e o caminho de mudança da locução conjunta *mesmo/ainda assim*, especificamente relacionado aos domínios conceituais mobilizados, de modo a apontar para especificidades desse processo de mudança no que tange à implementação de seus mecanismos fundamentais.

Nesta direção, o estudo da língua deixa de ser de um século a outro e passa a comparar resultados analíticos de textos diferentes, segundo uma concepção de diacronia *não ideal* que acarreta um novo ângulo de focalização do processo de GR, tornando necessária uma análise em correlação a cada TD a fim de determinar o funcionamento do item, de modo a refletir suas transformações nas TDs focalizadas. Não atentar para essas especificidades acarreta a homogeneização do material de análise e, em consequência, resultados inconsistentes.

**2. MATERIAL E MÉTODO.** O *corpus* organiza-se segundo as TDs investigadas, a delimitação geográfica (Estado de São Paulo), e a delimitação temporal (séculos XVIII a XXI). Foram analisadas amostras compostas por 274 textos referentes a cada TD dos *corpora*:

- a) Diacrônicos, representativos das TDs carta e editorial. O *corpus* da TD carta divide-se em: (i) *Administração Privada*: cartas de aldeamento de índios (séc. XVIII e XIX); (ii) *Documentos Pessoais*: cartas de pessoas relacionadas a (a) José Bonifácio (primeira metade do séc. XIX), (b) Washington Luiz (fins do séc. XIX), (c) Prof. Fidelino de Figueiredo (fins do séc. XIX e séc. XX); e (iii) *Cartas de leitores e redatores de jornais* (séc. XIX e XX). O *corpus* da TD editorial compõe-se por textos d' *O Estado de S. Paulo* desde a sua fundação até 1964.
- b) Sincrônicos, compostos por: (i) TDs que constituem o Banco de Dados Iboruna (amostras de fala do Noroeste Paulista), a saber: TDs narrati-

va de experiência, narrativa recontada, opinativa, injuntiva e descritiva<sup>2</sup>; e (ii) TD *e-mail*<sup>3</sup>.

Uma vez que este estudo toma o conceito de TD não só como ferramenta metodológica para a constituição dos *corpora* de pesquisa, mas como critério teórico de relevância no processo de GR, alguns apontamentos e observações tornam-se necessários a fim de esclarecer a motivação da escolha dessas TDs, bem como as denominações adotadas:

- a) A relação histórica e evolutiva existente entre: (i) carta > editorial, de um lado; e (ii) carta > *e-mail*, de outro. A relação em (i) justifica-se a partir de características comuns entre as *cartas em mídia*, escritas por redatores de jornais, e os editoriais, encontrados no jornal paulista em destaque, em alguns casos também assinados por redatores. A relação em (ii), defendida em uma série de estudos (Marcuschi 2008; Cruz 2006, por exemplo), pauta-se no entendimento do meio tecnológico, subjacente à contextualização do *e-mail*, como condição de produção específica desse texto. Assim, com a mudança representada nesse meio, toma lugar uma nova tradição textual, ainda que seus laços com outras tradições sejam claros.
- b) Preceito dos estudos em GR: as TDs sincrônicas são acrescentadas à agenda de trabalho dada a importância dos estudos *pancrônicos* no âmbito da GR, bem como por possibilitar a observação de relações entre o falado/escrito e o oral/letrado com esse processo de mudança e com as TDs da amostra.

Algumas observações relativas aos *corpora* selecionados são, ainda, pertinentes. As *cartas* são compostas por fórmulas de *abertura* e de *fechamento* comuns a todos os textos e que permitem, por isso, sua identi-

2 O conceito de TD abrange as funções comunicativas, cognitivas e institucionais, bem como suas peculiaridades linguístico-estruturais. Considero a formação de uma TD a partir da combinação desses aspectos. Assim, a TD diferencia-se do gênero textual, mas pode incluí-lo, bem como os tipos textuais. Portanto, da mesma forma que *cartas* e *editoriais* constituem TDs, podendo englobar outras TDs, a partir da composicionalidade da tradição que representam, os diferentes *tipos textuais* também constituem TDs.

3 A relação entre fala/oralidade e escrita/literalidade assumida aqui se aproxima da posição assumida por Corrêa (1997). Portanto, adoto não a compartimentação de gêneros em um contínuo, mas um *modo heterogêneo de constituição da escrita*, fundamentado na depreensão de TDs escritas transpassadas por traços de oralidade e vice-versa.

cação sob tal denominação. Entretanto, nas *sequências*, que correspondem ao “miolo da carta” (cf. Brandão et al. 2007), verifica-se um baixo grau de fixidez na TD, que permite a identificação desta como uma TD não homogênea que, constitutivamente, configura-se por uma fixidez incompleta, mediante a qual outras TDs podem tomar lugar (cf. Kabatek 2005b, 163-164). Em relação às TDs do Banco de Dados Iboruna, vale esclarecer que elas são caracterizadas a partir de seus aspectos textuais, de acordo com o *tipo textual* predominante. Nas TDs narrativa de experiência e narrativa recontada, há predominância do *tipo narrativo*; na TD opinativa, predomina o *tipo expositivo*; e, nas TDs injuntiva e descritiva, predominam, respectivamente, os tipos textuais de *injunção* e *descrição*.

Nas seções seguintes, apresento, primeiramente, numa perspectiva teórica, algumas considerações acerca do conceito de TD, para, na sequência, relacioná-lo com a mudança linguística, mais especificamente, com a mudança via GR. Em seguida, numa perspectiva teórico-analítica, exponho o domínio, caracterizado por flutuações semântico-cognitivas e categoriais, em que a locução *mesmo/ainda assim* será analisada: (i) qualitativamente, mediante a exposição de seus usos (não-)prototípicos, com o intuito de flagrar indícios de seu processo de GR; e (ii) mediante as relações semântico-cognitivas envolvidas nesse processo, com o objetivo de, nas considerações finais, traçar um quadro geral da GR dessa locução em correlação às TDs focalizadas.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

**3.1. O CONCEITO DE TRADIÇÃO DISCURSIVA.** Nas últimas décadas, o conceito de TD tem sido aplicado em pesquisas no âmbito da Linguística Romântica alemã, por vários autores, como Koch e Oesterreicher (2007), Coseriu (1979), Aschenberg (2003), e Kabatek (em vários trabalhos, 2005a, 2005b, 2005c, 2006, 2008, dentre outros), mas também no âmbito dos estudos históricos do português brasileiro e do espanhol da América em pesquisas que tratam de mudança linguística, de pragmática discursiva, de gêneros textuais e também de questões relativas à aquisição de escrita. Podemos citar como exemplos de trabalhos que aplicaram em seus estudos o conceito de TD no contexto latino-americano, os estudos reunidos em Ciapuscio et al. (2006), as pesquisas realizadas por Simões (2007); e Ximenes (2009), além daquelas mais recentes, como Lopes-Damasio (2011a, 2011b), Longhin-Thomazi (2011a, 2011b, 2012), Lopes (2008), etc.

À concepção de texto que subjaz esse conceito, enquanto “acontecimento histórico, que atualiza esquemas comunicativos e culturais recorrentes” (Ciapuscio et al. 2006, 7), deve-se, com toda certeza, o seu crescente emprego por linhas distintas de investigação. O conceito de TD baseia-se, dessa forma, no pressuposto de que os textos têm história e de que essa história textual —tomada em sua relação de tradição e atualização—, e não apenas a história da língua, determinaria os usos textuais, independentemente de seus modos de enunciação (falado ou escrito).

Nessa direção, Oesterreicher (1997) define TDs como moldes normativos, convencionalizados, que guiam a transmissão de um sentido mediante elementos linguísticos tanto em sua produção como em sua recepção. O termo, por ser bastante generalizante para todos os elementos históricos designáveis e relacionáveis com um texto, abarca uma ampla gama de fenômenos. Por essa razão, Kabatek (2005a) insiste sobre o fato de que não se trata de um sinônimo de *gênero*, *tipo textual*, etc., mas de um conceito amplo que inclui todo tipo identificável de tradição do falar/escrever, também subgêneros ou tradições dentro de um mesmo gênero.

Dessa forma, as TDs podem estar ligadas a finalidades fundamentais, como, por exemplo, um “bom dia”, que se caracteriza como um ato de fala, e também a finalidades mais complexas e exclusivas de determinadas culturas, tais como as TDs mediadas pela escrita. Nessa perspectiva, numa abordagem geral, a TD pode ser entendida como modos tradicionais de dizer/escrever, sendo que esses modos podem ir desde fórmulas simples até um gênero complexo.

**3.2. TRADIÇÃO DISCURSIVA E MUDANÇA LINGÜÍSTICA.** Desenvolvo aqui, de modo genérico, o conceito de mudança linguística (cf. Koch 2008), a partir de Coseriu (1979), que recupera uma distinção fundamental entre *inovação* e *adoção/difusão*. A *inovação* corresponde ao ato individual de criação de um fato linguístico novo por um determinado falante e não basta, por si mesma, para cumprir a mudança, no entanto, é precedente necessário dela. A *adoção* de um fato linguístico inovador por outros falantes de uma comunidade linguística provoca a sua *difusão* naquela comunidade e, então, o que chamo de *mudança linguística*.

Nesses processos de *inovação*, *adoção* e *difusão*, a inovação individual ocorre, segundo Koch (2008, 56), no nível atual do discurso, baseando-se, por um lado, em regras idiomáticas pré-existentes —mas não imutáveis,

como chama a atenção esse autor—, e, por outro, em regras elocucionais que proporcionam ao falante tais procedimentos criativos. Nessa direção, Koch oferece duas possibilidades de interpretar o modo como se desenvolvem os processos de *adoção* e *difusão*. Um primeiro cenário possível seria o que representa a intervenção do domínio da língua histórica, isto é, a inovação partiria do discurso atual e introduziria, na comunidade linguística, uma fato novo que, adotado, em seguida, pelos falantes, se difundiria em toda essa comunidade. Um segundo cenário, mais realista, proporia a divisão da língua particular em variedades, e a comunidade linguística em subcomunidades.

Para exemplificar, recupero o exemplo dado por Koch (2008, 58) que corresponde a um caso de mudança linguística clássico:

(1) lat. vulgar: *PLICARE* “atracar” = “arribar” > esp. *llegar* (passar a estar em um lugar).

Segundo uma explicação etimológica, os marinheiros diziam “plicare” para “atracar”. Visto que se atraca uma embarcação, normalmente, depois de “arribar”, produz-se um contexto prototípico para a transição metonímica ao significado “arribar = chegar ao porto” e, geralmente, a “passar a estar em um lugar”. Esta inovação habitualiza-se, isto é, adota-se e difunde-se em comunidades de marinheiros. Mais tarde, o sentido “passar a estar em um lugar” difunde-se por toda a comunidade espanhola. Esse itinerário da mudança é muito frequente, embora a passagem para toda a comunidade não seja necessária, já que a mudança pode bloquear-se dentro de uma variedade particular.

Além desse panorama, o autor apresenta a existência de um itinerário alternativo da mudança linguística: a inovação no discurso habitualiza-se em uma TD, para só depois passar ao papel de nova regra idiomática da língua histórica. Nessa direção, as TDs assumem um papel decisivo na mudança linguística.

Com base nesses pressupostos, uma concepção diádica não é suficiente para explicar todos os tipos de mudanças linguísticas, uma vez que pode haver um nível intermediário entre o *discurso atual* e a *língua particular*, configurando o que caracterizaria uma concepção triádica, precisamente porque o *afetivo*, isto é, o retórico-pragmático, e o momentâneo não coincidem completamente. Dessa forma, numa concepção triádica, entre o *discurso atual* (afetivo e momentâneo) e a *língua particular* (não-

afetiva e não-momentânea), perpassam as TDs (que representam o estágio do afetivo e não-momentâneo).

A transição das regras discursivas a regras idiomáticas é um processo lento e gradual, a que subjazem outros processos, cuja interpretação adequada, segundo Koch (2008, 77), depende da introdução do nível das TDs na teoria da linguagem e, conseqüentemente, na teoria da mudança linguística. Assim, passo, na sequência, a abordar as possíveis relações entre TD e um tipo específico de mudança, a GR.

**3.3. TRADIÇÃO DISCURSIVA E GRAMATICALIZAÇÃO.** Recentemente, alguns estudos, tal como este, contribuem para precisar os efeitos, semântico-cognitivos, implicados nos processos de GR, rechaçando, de princípio, o conceito “simplista” —para usar as palavras de Koch (2008, 78)— de *bleaching*, e, por esse caminho, esclarecer a relação entre GR e reanálise e corrigir a ideia de um único *continuum* compacto de GR (cf. Detges 1999, 2003; Detges e Waltereit 2002).

Com o objetivo de aproximar os paradigmas teóricos da GR e das TDs, é importante destacar (cf. Kabatek 2005c, 28-29) que os estudos de GR não necessitam, em primeira instância, de fatores externos, já que procuram explicar as mudanças gramaticais a partir de um ponto de vista puramente interno, ainda que dependente de fatores pragmáticos da comunicação como lugar em que os princípios cognitivos são convertidos em fatos de fala com a possibilidade de se tornarem, gradualmente, fatos de língua. A visão externa, embora supérflua, nesta concepção, entretanto, é necessária para explicar aspectos como o ritmo da mudança, fatores que dificultam canais de GR, podendo levar, inclusive, à inversão aparente das regularidades esperadas. Por sua vez, o estudo das TDs pode até mesmo prescindir da visão propriamente linguística (e interna), por exemplo, quando se focaliza a história de um gênero determinado apenas no que tange a seus aspectos puramente literários. Apesar disso, pode-se, a contento, relacionar as TDs com a abordagem interna da mudança linguística, o que, na opinião de Kabatek “não só é possível, como promissor e frutífero” (2005c, 29).

Nessa linha, as TDs podem afetar ambas as perspectivas, interna e externa. Afeta a interna, quando esta pretende reconstruir uma diacronia única e linear, já que vai fazer referência direta à realidade de língua concreta (cf. concepção coseriana), e não abstrata (cf. concepção saussuriana), em que se comparam “estados de língua” diferentes em momentos

diferentes da história. Assim, na mudança linguística, comparam-se aspectos de textos pertencentes a TDs distintas. Ao mesmo tempo, as TDs afetam a visão externa, por causa de uma de suas características principais: o fato de que não são elementos ligados a uma *língua*, mas a uma *cultura*, isto é, em um sentido mais amplo, a algo denominado como *comunidade textual* (Kabatek 2005, 31-32). Assim, as fronteiras de uma TD são mais amplas do que as de uma língua.

Nessa perspectiva, ao adotar a concepção de TD, reconheço, ao mesmo tempo, a necessidade intrínseca de rever ambas as visões, no que tange à mudança linguística, ou seja, rever a forma de conceber o papel de fatores externos e internos nesse processo de mudança. A primeira revisão, ancorada na perspectiva interna, diz respeito ao monolitismo com o qual se pretende descrever e se têm descrito a história da língua, como se se tratasse de uma espécie de linha reta, em sucessão linear, claramente definida ou definível. Na realidade, é preciso considerar a existência de um complexo edifício de variedades e de textos em cada um dos momentos da história.

Esse primeiro ajuste teórico traz consequências fundamentais na nossa concepção de diacronia, uma vez que, ao adotá-lo, não pode ser mantida uma visão de *diacronia ideal*. Segundo Kabatek (2005a, 2005c, 2006), quando se estuda a história de uma língua, estudam-se não as mudanças da língua, mas da língua dos textos de diferentes épocas, considerados representativos dos estados concretos dessa língua.

Em consequência dessa primeira revisão, abra mão da concepção de GR, assim como de toda mudança linguística, como um processo linear, e passo a concebê-la como um complexo em que, a depender da tradição textual, o processo pode estar mais ou menos avançado, bem como pode nunca ter se iniciado.

Nessa direção, ao adotar as TDs com o intuito de atingir a primeira revisão proposta, conseqüentemente, atinjo a segunda revisão, relacionada à ligação entre TD e fatores externos. Ou seja, ao admitir a relevância das TDs, na perspectiva interna, admito, naturalmente, a relevância dos fatores externos, de ordem cultural, que subjazem o próprio conceito de TD e, assim, escapo da problemática visão da mudança linguística como processo que se dá a partir da manipulação de uma “mão invisível”<sup>4</sup> que, embo-

4 Essa teoria foi defendida por Helmut Lüdtke (1986) e, posteriormente, pelo germanista Rudi Keller que explica, em trabalho bastante difundido, a mudança linguística como //190

ra válida como metáfora, no âmbito de uma teoria da mudança focada no nível abstrato da língua, é totalmente inútil como explicação, no âmbito da língua concreta. Dessa forma, uma teoria como a GR ganha argumentos relevantes para a explicação da mudança gramatical quando, ao acrescentar as TDs em sua agenda de investigação, altera, com isso, numa visão interna, o idealismo de uma diacronia linear e, numa visão externa, acrescenta dados referentes a distintas condições de produção dos textos que constituem essas TDs, associadas, intimamente, com o contexto cultural em que se inserem, em nome de uma verdadeira abordagem da língua concreta em sua dimensão histórica.

Uma proposta de análise subsidiada por essa concepção de língua fundamentalmente orienta-se pelo uso e não pelo sistema, o que, por sua vez, direciona para uma imprescindível abordagem das *flutuações* que podem, assim, ser constatadas.

**4. NO DOMÍNIO DA FLUTUAÇÃO.** Antes de iniciar a análise das ocorrências da locução juntiva, nos *corpora* eleitos para este trabalho, apresento algumas considerações pertinentes relacionadas à flutuação existente entre as construções *concessivas* e as *adversativas*.

Segundo Koch (2001), do ponto de vista semântico, os juntores adversativos (do grupo do *mas*) e os concessivos (do grupo do *embora*) têm funcionamentos semelhantes: opõem enunciados de perspectivas diferentes, que orientam para conclusões contrárias, instaurando, portanto, uma relação de *contraste*. Também para Halliday e Hasan (1976), tanto as construções adversativas quanto as concessivas são mediadas por uma relação contrastiva, cujo significado básico é a contrariedade à expectativa. Nessa linha, Chen (2000) afirma que semanticamente a noção de concessão é muito similar à de contraste e inerentemente relacionada à de adversidade. Como Quirk et al. (1985) pontuam, existe frequentemente uma mistura de contraste e concessão. Sendo assim, é possível argumentar que uma relação concessiva sempre implique uma relação adversativa. Diante disso, pressupõe-se que alguns mecanismos e/ou contextos relacionados com a emergência de adversativos podem ser fundamentais para a emergência de juntores concessivos, em nível sintático, mas, ao mesmo

//189 um processo da “mão invisível”, no qual uma soma de atuações individuais leva a um resultado não intencionado pelos indivíduos como se os falantes fossem guiados por uma mão invisível (Kabatek 1996, 57).

tempo, casos de grande flutuação entre esses conceitos, em nível semântico-pragmático.

Segundo König (1985, 5) a distinção entre adversativas e concessivas precisa ser estabelecida. Para o autor, as adversativas, em nível da coordenação ou parataxe, são definidas como relações entre proposições que suportam conclusões contraditórias, sendo que o ponto principal do falante se expressa pela segunda proposição (aqui, denominada Q). As concessivas, pelo contrário, são baseadas em relações condicionais/causais entre eventos em nível da subordinação ou hipotaxe. Apesar dessas diferenças, o autor destaca que não deve ser obscurecido um ponto essencial de similaridade: em ambos os casos, *algo* é suspenso —na relação adversativa, o significado de P (primeira proposição) como um argumento em favor de uma conclusão R, à qual o falante/escritor quer que o ouvinte/leitor chegue; e, na concessiva, a aplicabilidade de certas normas concernentes às relações causais ou condicionais para uma situação corrente—.

Além disso, segundo König (1985, 7), alguns jutores (*apesar de, ainda que*, por exemplo) somente expressam relações concessivas, enquanto outros (*embora*, por exemplo) podem ser usados para os dois tipos de relações. Tomando esse fato juntamente com o de que nem todas as línguas apresentam jutores concessivos enquanto todas parecem ter seus adversativos —como *mas*—, sugere-se que a relação de adversidade seja mais geral e básica e que a relação de concessão seja uma variedade específica da primeira. Diante disso, pressuponho que, a partir de uma relação basicamente adversativa, pode-se inferir, por conta da própria fluidez semântico-pragmática, uma relação concessiva, mais abstrata, a depender do contexto, o que as torna cada vez mais próximas.

A fluidez da relação entre adversidade e concessão fundamenta-se ainda a partir do exame cuidadoso das fontes de GR de jutores concessivos, que, segundo Chen (2000, 91), apresentam-se sob uma grande variedade, relacionada, de uma forma ou de outra, às propriedades sintático-semântico-pragmáticas das concessivas, em expressões que: (i) concedem a existência de uma situação adversa, como os SVs *admitir/conceder*; (ii) enfatizam a adversidade de uma situação concedida, como *mesmo/ainda assim*; (iii) afirmam a ineficácia de uma situação, como *apesar de/todavia*; (iv) declaram a concomitância de duas situações expressas pela antecedente (P) e pela conseqüente (Q), como *embora*; (v) ajudam a afirmar a

factualidade da situação expressa pela conseqüente (Q), como *apesar disso*<sup>5</sup>.

Para Chen (2000), a motivação para o uso do equivalente a *mesmo/ainda assim* e suas formas variantes, no inglês, como juntor concessivo é clara, já que, ao atuar como partícula enfática, afirmando que a verdade da conseqüente (Q) não é menos válida por causa da situação adversa expressa na antecedente (P), pressiona a relação concessiva. Esse mecanismo também evidencia a fluidez entre essas relações.

Neves (1999) afirma que a relação que se estabelece entre essas construções, caracterizando tal fluidez, não é simples, da mesma forma como também não o é a implicação que pode ser apontada entre as relações causais, condicionais e concessivas, “todas elas expressivas de uma conexão 'causal' *lato sensu* entendida, e todas elas explicáveis em dependência da (não) satisfação de necessidade/de suficiência de determinadas condições” (545)<sup>6</sup>. Torna-se evidente a ligação entre concessão, não satisfação de condições e frustração de uma causalidade possível<sup>7</sup>. Aqui, admitindo a fluidez da relação entre *adversativas* e *concessivas*, tomarei como pressuposto o fato de que possíveis implicações para o desenvolvimento de uma podem ser relevantes para o desenvolvimento de outra.

Para ilustrar, mais uma vez, essa fluidez, lanço mão da proposta de Oliveira (1996, apud Martelotta 1998), segundo a qual tanto as construções concessivas quanto as adversativas envolvem uma *asserção de base* (P) e uma *negação* ou *restrição* (Q), representativa do argumento que tende a prevalecer na construção. Segundo essa proposta, o elemento conectivo ocorre em P quando se trata de uma concessão, enquanto que, na adversativa, ocorre em Q. Os exemplos abaixo são de Oliveira (1996):

- (2) *Embora* estejamos no inverno (P), está quente (Q).
- (3) Está quente (P), *mas* estamos no inverno (Q).

5 Vale lembrar que *apesar disso* permite paráfrase por *mesmo/ainda assim*.

6 Para Hermodsson (1994, 93, apud Neves 1999, 546), a concessiva qualifica-se como negação, de nível sintagmático, da relação normal suposta entre as proposições citadas na premissa maior e na menor.

7 Harris (1988) afirma que existe uma relação semântica que se estende no seguinte *continuum*: orações causais > condicionais > condicionais-concessivas > concessivas. Enquanto no extremo à esquerda a relação de causa é afirmada, no extremo à direita, esse vínculo causal é negado. Assim, uma causa ou condição é expressa na oração concessiva, mas o que se espera a partir dela é negado na oração nuclear.

Diante disso, lembro, em contrapartida, juntamente como já apontado a partir de König (1985), a possibilidade de termos, além da concessiva *embora* P, Q, exemplificada em (2), corroborando a distinção proposta por Oliveira, também a possibilidade P, *embora* Q. Ou seja, o juntor encabeçando a *restrição* (Q), ainda que dentro de uma construção tradicionalmente chamada de concessiva<sup>8</sup>.

Em relação à manobra argumentativa, nas *adversativas*, emprega-se, segundo Guimarães (1987), a *estratégia do suspense*, que faz vir à mente do interlocutor/leitor uma conclusão R, para depois introduzir um (conjunto de) argumento(s) que levará à conclusão ~R. Na *concessiva*, o locutor utiliza a *estratégia da antecipação*, anunciando de antemão que o argumento introduzido por esse juntor será anulado. É importante lembrar, mais uma vez, que a possibilidade de alguns jutores prototipicamente concessivos, como *embora*, surgirem encabeçando Q, torna, novamente, a relação entre adversativas e concessivas marcada pela flutuação:

(3) (a) Está quente (P), *embora* estejamos no inverno (Q).

Todo esse raciocínio sinaliza a base argumentativa da construção concessiva que representa, segundo Neves (1999, 562-563), o ponto exato em que podem ser examinadas as similaridades e diferenças entre concessivas e adversativas. Para ilustrar essa colocação, parto de uma adaptação dos exemplos expostos pela autora a fim de correlacionar ocorrências concessivas, em que se *refuta* uma objeção, com possíveis formulações adversativas, em que se *admite* uma proposição:

(4) *Embora* muito forte, eles fazem um molho muito gostoso.

(5) (O molho) é muito forte, *mas* (*mesmo/ainda assim*) é muito gostoso.

Neves (1999, 563-564) ilustra essa operação argumentativa com os esquemas:

#### *Concessivo*

- (4) (a) Alguém *pode me objetar* que o molho que eles fazem é muito forte, e eu *não desconheço* isso;  
 (b) (*mesmo/ainda assim*) o molho é muito gostoso.

8 Essa diferença formal tem reflexos no funcionamento discursivo-argumentativo (cf. Neves 1999).

*Adversativo*

- (5) (a) Eu *admito* que o molho que eles fazem é muito forte;  
 (b) (*mesmo/ainda assim*) o molho é muito gostoso.

O misto concessivo-adversativo torna-se mais evidente quando ambos os juntores vêm expressos na mesma oração. Segundo a autora, nesses casos, o esquema prevê que a concessiva, ao mesmo tempo, expressa refutação a uma possível objeção de qualquer pessoa e também assentimento referente a alguma validade dessa objeção. Nesse tipo de construção, determina-se uma ordem fixa, na qual a refutação precede a admissão, diferentemente das construções tradicionalmente concessivas, em que a ordem é livre. O exemplo dessa coocorrência é adaptado de Neves (1999, 564):

- (6) Nós temos as reuniões... muito mais participação, porque, *mesmo que* alguns professores faltem porque tenham outros... outros afazeres no ambulatório, *mas (ainda assim)* sempre tem um bom número de reuniões.

Além desses aspectos que indiciam a fluidez entre as concessivas e as adversativas, chamo a atenção também para aspectos de natureza sintática, relacionados à integração oracional e que supostamente caracterizam a diferença que tradicionalmente observa-se entre essas orações, já que as *concessivas* equivalem, prototipicamente, às subordinadas adverbiais, aqui analisadas no âmbito da *hipotaxe*, enquanto as *adversativas*, às coordenadas, no da *parataxe*. Por hipótese, as orações paratáticas são gradualmente menos vinculadas sintaticamente do que as hipotáticas e, desse fato, decorrem algumas distinções em cada um dos tipos de relações interproposicionais. Para ilustrar essas considerações, apresento as orações abaixo, adaptadas de Martelotta (1998, 42):

- (7) Ele correu muito, *mesmo/ainda assim* não se cansou.  
 (8) *Mesmo/Aindaque tenha corrido muito* não se cansou.

Em (7), ocorre a parataxe com o juntor expresso em Q, sendo que a vinculação entre P e Q limita-se à referência anafórica realizada por *assim*, na locução em Q, responsável por estabelecer uma *retomada* de P como um todo. Já em (8), P assume o lugar do elemento anafórico, penetrando em Q e indicando um grau maior de integração. Se (7) exemplifica *adversidade* e (8), *concessividade*, tais colocações ilustram diferenças entre essas duas acepções no que diz respeito ao grau de integração oracional.

Segundo Martelotta (1998, 43), um reflexo dessa distinção relaciona-se às incidências adverbiais, isto é, nas adversativas, um advérbio (como *com certeza*) incide apenas sobre P, constituindo Q um argumento referente a P, mas distinto dele e fora do escopo adverbial, o que não ocorre nas concessivas, em que esse escopo incide sobre toda a construção, referindo-se à relação semântica global estabelecida entre as orações:

(9) Com certeza, *a vida é boa*, mesmo/ainda assim devemos levá-la a sério.

(10) Com certeza, *embora a vida seja boa* devemos levá-la a sério.

Também a presença de formas reduzidas indica um maior grau de vinculação entre as orações, por isso, prototipicamente, não ocorre nas paratáticas. Além disso, é possível a inversão da ordem sintática quando se trata de uma concessiva (traço característico das hipotáticas)<sup>9</sup>, mas não de uma adversativa, que compartilha essa característica com as paratáticas, cuja ordenação obedece a uma relação icônica entre a ordem dos fatos e dos argumentos lógicos<sup>10</sup>.

Considerando as distinções entre a natureza *concessiva* e *adversativa* das construções e também as flutuações verificadas nesse domínio, incluindo aí, expressivamente, as relações *causais* e *condicionais* (cf. Chen 2000, Guimarães 1987, Halliday e Hasan 1976, Koch 2001, König 1985, Martelotta 1998, Neves 1999, Harris 1988), denominarei a relação P, *mesmo/ainda assim* Q, em seus usos mais gramaticalizados e prototípicos, como *contrastiva* a partir da constatação do traço de contra-expectativa, no âmbito da adversidade e da concessão. Segundo Heine et al. (1991, 192), a noção de expectativa relaciona-se ao fato de que as línguas, de modo geral, apresentam formas de expressão para codificar a distinção entre *situações que correspondem às normas compartilhadas* e *situações que se desviam dessas normas*, sendo apenas estas codificadas pela gramática. Os elementos marcadores de contra-expectativa ou, simplesmente,

9 Segundo Neves (1999, 554), a inversão da ordem sintática de P e Q não é gratuita, já que, conseqüentemente, passa-se do domínio do conteúdo para o domínio epistêmico (Sweetser 1990).

10 Sweetser (1990) argumenta que a nossa expressão linguística do mundo interno é modelada a partir de nossa expressão do mundo real e demonstra que a anterioridade epistêmica, visualizada, por exemplo, na premissa antes da conclusão, reflete, iconicamente, a anterioridade temporal desses eventos no mundo real. Assim, se a oração consecutiva ocorre depois da causal, espera-se que, na relação contrastiva, a quebra de expectativas se dê em relação àquilo que vem antes, ou seja, espera-se que a restrição (Q) ocorra depois da base (P).

te, *contrastivos* codificam gramaticalmente esse segundo tipo de situação. Seu uso implica uma comparação entre o que é dito e o que se espera/pressupõe, em relação à norma.

## 5. ANÁLISE DOS DADOS

**5.1. O ESTATUTO DE *MESMO/AINDA ASSIM* EM GR.** A locução *mesmo/ainda assim* apresenta, no português atual, valor abstrato, contrastivo, podendo ser parafraseada por *mas* e, com alterações contextuais, por *embora*:

- (11) A tarefa é fácil, *mesmo/ainda assim* exige esforço.  
 (a) A tarefa é fácil, *mas* exige esforço.  
 (b) *Embora* fácil, a tarefa exige esforço.

Na ocorrência (12)<sup>11</sup>, *ainda assim* apresenta-se em posição inicial de Q, sem coocorrência de outra conjunção ou incidência adverbial, articulando as orações P e Q, sendo P uma reduzida de gerúndio:

- (12) É neste tempo que eu chego defora em 6do|corrente e sendo já nomeado por esta Villa a dita Junta, vime obrigado|a tomar parte nos negocios, temendo, que o excesso de enthuzi- asmo não|degenerasse em males internos, e externos. Estando Membros d'|algũa Villas, *ainda assim* tenho feito, que se não tenha installado|a Junta, a espera de Sorocaba, que ainda não o quiz mandar (apezar |de que está tambem com bons sentimentos) [...] [BN- XIX-11/03].

Não existe, nesse contexto, uma relação *contrastiva* veiculada pela locução, isto é, P descreve uma situação factual/verdadeira em relação à qual Q também descreve outra situação factual/verdadeira que não representa uma situação inesperada/incompatível com a informação em P, mas uma consequência do que foi aí enunciado: é exatamente a presença dos membros das vilas que possibilita os feitos do novo político, recém-chegado, sem a instalação da referida *junta*. Assim, há uma relação de causa-consequência, que permite a paráfrase de *ainda assim* por *por isso*, mas não por *apesar disso*, a partir da acepção de *assim* não reanalisada com *ainda*, conforme seguinte reescrita do segmento, que apresenta unicamente uma modificação na localização do sinal de pontuação (vírgula) que, prototipicamente, acompanha essa acepção funcional de *assim* (hoje!):

- (12) (a) Estando membros de algumas vilas ainda, *assim*, tenho feito [...].

11 As ocorrências de (12) a (16) foram extraídas do *corpus* de cartas.

A ocorrência ilustra as relações entre causa e concessão (Chen 2000, Neves 1999, König 1985), refletidas, na diacronia, em contextos que, embora sintagmaticamente favoreçam a leitura contrastiva, cognitivamente revelam a relação causal, significando que um contexto, marcado pela noção de causa, pode favorecer o desenvolvimento de traços contrastivos e, dessa forma, a mudança linguística.

A presença da reduzida e da relação semântico-conclusiva impossibilitam a inversão da ordem das orações e, por conta disso, estabelece-se certo grau de dependência entre P e Q, no sentido da completude semântico-formal.

Em (13), abaixo, novamente não se verifica o *contraste* marcado por *assim mesmo*, mas uma relação, não totalmente gramaticalizada, de coordenação conclusiva veiculada por *e assim*, seguida por *mesmo se* que expressa um obstáculo hipotético, ou seja, uma relação condicional, que garante, no contexto, o valor de contrariedade à expectativa. Não se trata, portanto, de uma leitura reanalisada da locução contrastiva *assim mesmo*, embora a acepção contrastiva esteja presente no âmbito do obstáculo hipotético, codificado por *se mesmo*, no contexto.

(13) [...] faltas de equi=|dade em manobras mais sublimes, vejo eu que me cauzaõ pena, efa=|zem viver por ca com desgosto, eamuito tempo estaria em Lisboa, não obtive sa=|ber muito bem os termos, emque está de caristia de viveres, se me não os pesados |grilhoens damesma familia, *easim mesmo* se mefoce pocivel, cobrar dehum|golpe oque me devem, hiria acabar os meos dias em Lisboa perto do| meo Principe, epodendo euaqui dizer a V. S<sup>a</sup>. muitas couzas, mere= meto ao silemcio [BNXIX-19/11].

Dessa forma, *mesmo* integra com *se* uma locução condicional, que estabelece a relação *mesmo se P, Q*, em que P apoia-se em uma hipótese, nessa ocorrência, observada em *me fosse possível*, representativa de uma *condição de realização* de Q, entendida como o resultado da condição enunciada em P (*iria acabar os meus dias em Lisboa*). Ambas as relações, a de conclusão (não-prototípica), expressa por *e assim*, e a de condição, expressa por *mesmo se*, compartilham a mesma oração Q:

- (13) (a) não obtive saber muito bem os termos em que está de carestia de viveres, se não os pesados grilhões da mesma família, (P)  
*e assim*,  
 [mesmo se me fosse possível cobrar de um golpe o que me devem,]  
*iria acabar os meus dias em Lisboa* [...] (Q).
- (b) não obtive saber muito bem os termos em que está de carestia de viveres, se não os pesados grilhões da mesma família,

e assim,  
*mesmo se*  
 me fosse possível cobrar de um golpe o que me devem, (P)  
*iria acabar os meus dias em Lisboa [...]* (Q).

Este contexto é relevante para o disparo da emergência da reanálise estrutural de [assim] [mesmo] a [assim mesmo], bem como para o da emergência do significado *contrastivo* da locução, já que, segundo Harris (1988, 75), conforme pontuado anteriormente, um dos padrões<sup>12</sup> que explicam o desenvolvimento de vários juntores das línguas românicas e do inglês relaciona a origem das *contrastivas* a construções condicionais, via cláusulas *contrastivas condicionais*, que representam uma *mistura* das duas noções, cf. (13). Assim, sugiro que essa sequência seja potencial para a reinterpretação dos limites semântico-formais induzida pelas contingências contextuais, isto é, por processo metonímico (pela contiguidade formal, em relação à reanálise estrutural, e pela contiguidade dos significados —contrastividade e condicionalidade— em relação à reanálise semântica). Essa também é a interpretação de Neves (1999).

A ocorrência (14) demonstra contexto de ambiguidade semelhante a (12):

(14) O dito quintal seacha imaberto, por que se |lhez fazem algum concerto, como ja vi praticado peloz Indios, para vedar as criaSsoens dediferentes vizinhos, que |aly entraó apastar todo anno, vem o fogo Com so |me o mato, ou feital, que antes estava cobrindo as |ruinas, ou fraqueza dos valos, reconhessem as cri |aSsoens as partes por onde podem fazer assua en= |trada, e por estes passáo quando emcontraó segu |ranSsa nas partes retificadas, oque naó aconte |se hoje ou há annos, por que todo seacha fran |co e se conserva, como campo comum; esse |algums Indios tem alguns retalhinhos do mesmo |quintal atacados com cercas saó taó lemitados |osterrenos, que nomeo conseito so daó para pouco |mais que huma orta de repolhos, ficando *assim* |*mesmo* parte da Aldeã, eaIreja [sic] sem defeza |das criaSsoens [AIXVIII-24/62].

Em (14), *assim mesmo* ocorre após o verbo da reduzida de gerúndio que constitui Q, em posição medial, sem a coocorrência de outra conjunção ou incidência adverbial. A ambiguidade configura-se pela possibilidade de

12 Harris (1988, 75) apresenta seis padrões que auxiliam na compreensão da natureza dos conectivos e, sobretudo, dos contextos que refletem a relação de contrastividade. São eles: (i) o padrão indefinido, portanto total (*Whatever you may do, nevertheless...*); (ii) o padrão total explícito (*All that you may do, nevertheless...*); (iii) o padrão volitivo (*Let it be as you wish/ let it be so, nevertheless...*); (iv) a marca explícita de posição escalar extrema (*Most X that it maybe, nevertheless...*); (v) padrão temporal, frequentemente reforçado (*While/when... nevertheless...*) e; (vi) O padrão condicional, frequentemente reforçado (*Even if/ though He did it, nevertheless...*). Aqui, interessa especificamente o padrão (vi).

duas interpretações distintas para o mesmo contexto. Na primeira, cf. (12), a relação *contrastiva* não é observada, já que P e Q descrevem situações factuais/verdadeiras e que não representam uma situação inesperada/incompatível. Segundo essa interpretação, o fato de os índios terem *retalhinhas* de quintal, atacados com cercas, é insuficiente para modificar o fato de as suas criações continuarem sem defesas. Dessa forma, a locução *assim mesmo* pode ser parafraseada por *do mesmo modo* e permite uma relação em que todo o segmento tópico, em P, em especial *porque tudo se acha franco e se conserva como campo comum*, funciona numa relação de causa-consequência com Q: *ficando assim mesmo parte da aldeia e a igreja sem defesa das criações*. Na segunda interpretação, a relação *contrastiva* é agora veiculada pela locução se for considerado um contexto mais específico do tópico, marcado pela oração condicional *se alguns índios tem alguns retalhinhas do mesmo quintal, atacados com cerca*, em P. Essa informação funciona como base para a inferência de que há “defesa das criações, já que os índios têm seus quintais atacados com cercas”, contrastada pela afirmação contrária em Q. Dessa forma, a locução *assim mesmo* resgataria, em Q, exatamente o conteúdo da condicional, podendo ser parafraseada por *apesar disso*<sup>13</sup>:

- (14) (a) [...] *porque tudo se acha franco e se conserva como campo comum*, e se alguns índios têm alguns retalhinhas do mesmo quintal, atacados com cercas, são tão limitados os terrenos que, no meu conceito, só dão para pouco mais do que uma horta de repolhos, *ficando da mesma forma parte da aldeia e a igreja sem defesa das criações* [...].  
 (b) [...] *porque tudo se acha franco e se conserva como campo comum*, e *se alguns índios têm alguns retalhinhas do mesmo quintal, atacados com cercas*, são tão limitados os terrenos que, no meu conceito, só dão para pouco mais do que uma horta de repolhos, *ficando apesar disso parte da aldeia e a igreja sem defesa das criações* [...].

Toda essa complexidade semântico-formal, principalmente de P, nesse caso, gera a ambiguidade da aceção e constitui um ambiente propício para a mudança, uma vez que mesmo que se queira transmitir A, não se pode evitar, a partir de um tópico como esse, que se interprete B. Novamente, esse contexto apresenta a correlação entre causa, condição e concessão, relacionada ao desenvolvimento da aceção contrastiva.

13 Na primeira interpretação, a inversão da ordem de Q em relação a P não é possível por conta do estabelecimento da relação lógica entre P e Q. Na segunda, essa impossibilidade é mantida por meio da relação fórica estabelecida entre Q e P.

Em (15), *assim mesmo*, no início de Q, sem coocorrência de outra conjunção ou incidência adverbial, articula P e Q, sendo P uma oração complexa:

- (15) Eoutro Ssim por que hay huãs profecias | de Como vossaexelencia não hade hir a Cujaba SenoSso | Senhor ouvir osRogos dospeccadores *aSsim mesmo* | hadeSer por que me parece não ha' quem | Sedescuide Com esta diligência inda que | Seria Com muito dispendio de vossaexelencia Seadita pro | feçia sahir Certo [...] [AIXVIII-11/48].

Nesse contexto, *assim* e *mesmo* já estão reanalisados na locução *contrastiva*. Sintaticamente, a construção pode resultar da elisão do verbo *sendo* (*mesmo [sendo] assim*, cf. Lopes-Damasio 2011). Nesse contexto, *mesmo* funciona como operador de subordinação com interpretação concessiva/contrastiva, semelhante àquela que se obtém com *embora*, enquanto *assim* retoma anaforicamente a proposição precedente.

Em P, há uma asseveração com a admissão de V. *Exa. não ir a Cuiabá* e, em Q, a não aceitação da inferência realizada a partir dela, gerando o contraste. Novamente, há a presença, em P, da condicional *se nosso Senhor ouvir os Rogos dos pecadores*, antes da inserção de Q. A relação de quebra de expectativas que gera o contraste via negação de inferência existente entre P e Q é perpassada pela condição, revelando, mais uma vez, a importância do contexto —condicional/contrastivo— para o desenvolvimento dessa última acepção, ainda que em condições distintas daquela analisada em (13), uma vez que aqui a locução já está reanalisada.

O segmento *há de ser* de Q ativa o compartilhamento da informação *ir a Cuiabá*, de P, desfazendo a negativa presente nesse segmento e estabelecendo o contraste, marcado pela locução. Segue uma reescrita atualizada desse segmento tópico (em negrito, estão os trechos compartilhados entre P e Q; entre parêntese, a paráfrase por *apesar disso*; sublinhada, a oração condicional que compõe o contexto de P e, ainda, mais um trecho desse tópico que favorece a interpretação proposta):

- (15) (a) *porque há umas profecias de como Vossa Excelência **não há de ir a Cuiabá** se nosso Senhor ouvir os Rogos dos pecadores, **assim mesmo (apesar disso) há de ir a Cuiabá** porque, me parece, que não há quem se descuide com esta diligência, ainda mais que seria com muito dispêndio de Vossa Excelência se a referida profecia for verdadeira.*

Frente a essas constatações, a relação de ordenação entre P e Q é marcada, tanto em nível formal, pela foricidade estabelecida por Q em relação a P, quanto em nível semântico, pela colocação em P que funciona

como base para a inferência que contrasta com a colocação em Q, sendo esse *contraste* marcado pela locução *assim mesmo*. Torna-se, portanto, agramatical uma inversão da ordem de P e Q.

Em (16), *assim mesmo* coocorre, no final de Q, com *mas*, responsável pela articulação de P e Q, em contexto de inserção parentética em Q:

(16) Além disso desde março que|estou lecionando Inglês e Português; o que|mais custa é ser à noite, *mas como|não tinha nada*, aceitei *assim mes-|mo* [FFXX-54f/136].

Como já destaquei, em P há uma asseveração, com a admissão de um fato e, em Q, a não aceitação da inferência a partir do que foi veiculado em P. Diferentemente de (15), a insuficiência da asseveração, em P (cuja forma não é a de uma asseveração propriamente dita), para permitir a inferência contrastiva, é indicada por *assim mesmo*, justificando a ocorrência de *mas*, que marca o contraste e, no final de Q, a de *assim mesmo*, que reforça esse contraste. No segundo membro coordenado, o parêntese insere um argumento não considerado (*como não tinha nada*), avaliado como mais relevante do que o anterior, no primeiro membro, embora esse argumento, em P, seja admitido, justificando a relação contrastiva e, assim, o uso de *mas* e de *assim mesmo*<sup>14</sup>.

A inversão da ordem de P e Q torna a construção agramatical graças à articulação realizada por *mas*, indicando o princípio icônico de ordenação desses enunciados coordenados, e à relação fórica estabelecida por *assim mesmo*, ainda que possa haver mobilidade da locução em Q após *mas* (pré ou pós verbal).

Nas TDs do Iboruna, ocorrem casos cf. (16), em que, tanto em posição final de Q (17), como após *mas*, em posição pré verbal (18), a locução indica a não aceitação da inferência realizada a partir da asseveração, em P, e marcada inicialmente por *mas*, enfatizando a aceção contrastiva do complexo:

(17) um po(u)quinho só... e:: cada duas horas eu tenho que comê(r) um po(u)quinho de coisa porque meu estômago tá pequenininho né?... *mas eu me conformo MESmo assim* porque eu saí dos cento e trinta quilos... [AC-152/NE1222].

14 Além da relação contrastiva, mais abstrata, a locução *assim mesmo* permite paráfrase por *do mesmo modo*, revelando a ambiguidade semântica (MODO > CONTRASTE) que perpassa seus usos não prototípicos, com aceção mais concreta.

(18) chegamo(s) em Noronha pegamo(s) um aviãozinho pequeno -- óh eu dentro dos aviões de novo --... só que aquele eu senti medo... tomei Dramim tudo pra num vomitá(r) mas *mesmo assim* passei muito mal... [AC-051/DE095].

Esse tipo de ocorrência representa um estágio em que a locução, atreladamente ao seu elo anafórico —que, como germe de sua função juntiva, reforça a relação entre Q e P, já marcada por *mas*—, desempenha a função de reforçar o contraste, veiculado por este item, prototipicamente responsável pela junção com acepção contrastiva<sup>15</sup>. Ressalto, novamente, a ambiguidade, nesse uso, perpassado pela acepção modal.

O *corpus* da TD *e-mail* apresenta uma única ocorrência, exposta abaixo, relacionada a esse padrão e à situação de ambiguidade semelhante àquela analisada cf. (16), (17) e (18). No dado de *e-mail*, entretanto, *mesmo assim* encontra-se no final da coordenada Q, sem a presença de outro elemento para o estabelecimento do contraste a partir da não aceitação da inferência baseada na asseveração em P. Apesar disso, também são possíveis ambas as leituras, contrastiva e modal, a partir de paráfrases por *apesar disso* e *do mesmo modo*<sup>16</sup>:

(19) Oi, T., olha eu de novo te enchendo!!!!|| Em algumas cartas q são e-mail, não aparece o local, || apenas o e-mail da pessoa. Devo utilizá-las *mesmo assim*? [...] [EMAILXXI-13/21D].

Os editoriais também oferecem contextos para a descrição do desenvolvimento do funcionamento dessa locução, no que diz respeito à contiguidade sintagmática e às estratégias semântico-cognitivas realizadas por ela. Nessa TD, entretanto, destaca-se o fato de que todas as ocorrências apresentam a locução reanalisada.

Em (20), abaixo, a locução com valor contrastivo localiza-se em início de Q, expressando Q a não aceitação da inferência do que foi argumentado em P e, portanto, a refutação da situação factual e verdadeira aí representada (*há vergonha em confessar-se a verdade inteira*). No entanto, em P, a situação factual é apresentada via processo de modalização (*Quer nos parecer hoje*) que provoca a diminuição do caráter asseverativo da pro-

15 Portanto, considero usos como (17), em que *mesmo assim* localiza-se no final de Q, como representativos de contextos importantes para o desenvolvimento da função juntiva da locução, desempenhada prototipicamente aí pelo juntor *mas*.

16 Nos dados da TD narrativa de experiência, observa-se o mesmo tipo de funcionamento ambíguo, na mesma localização, constatada em *e-mails*, mas fora de contexto interrogativo.

posição, preparando, semanticamente, o contexto de inserção de Q. Argumentativamente, não há uma estratégia puramente suspensiva, como nas adversativas prototípicas, mas também não há uma total antecipação, como em contextos com o juntor *embora*, por exemplo.

(20) Quer nos parecer que hoje há vergonha |em confessar-se a verdade inteira. ||*Ainda assim*, estas informações não [levam] |o sr. conselheiro director das terras |e colonização a formular um desmentido á |imprensa paulista, e particularmente a nós [APSPXIX-1876/026].

Outro contexto recorrente, em editoriais, e também relacionado a essa fluidez argumentativa, cf. (20), pode ser representado pela ocorrência que segue:

(21) *Dado mesmo que* haja reflectido e mudado|de opinião [ininteligível] os srs. ministros da fazenda|e presidente do conselho, *ainda assim* ha|ahi uma questão melíndrosa e gravíssima a|decidir: é licito á corôa *demittir* um ministro|de estado estando o parlamento a funcionar|e sem que este se tenha manifestado? [APSPXIX-1879/058].

Em (21), *ainda assim* encontra-se em contexto que articula Q a P, sendo P iniciada por construção parafraseável por *embora*. A concessiva, iniciada por *dado mesmo que*, ao mesmo tempo, expressa refutação a uma possível objeção e assentimento referente a alguma validade dessa objeção, na oração iniciada por *ainda assim*. Dessa forma, o contexto mostra uma forte mescla entre o funcionamento de *embora*, aí representado por outra construção, e *ainda assim*, uma vez que P inicia-se apontando para a antecipação da negação da inferência que será realizada *a posteriori* em Q, sendo que, em Q, gramaticaliza-se novamente a negação dessa inferência por *ainda assim*. Nessa ocorrência, a paráfrase da locução por *mas* não é aconselhável, o que reforça a importância do contexto para a emergência das características mais concessivas no funcionamento de *ainda assim*. Outros contextos dessa locução, na TD editorial, revelam o mesmo tipo de fluidez, no que tange à contiguidade com o item *mas*.

Por fim, (22) e (23), extraídas da TD editorial, trazem a locução reanalisada, em contextos que ilustram esse fato definitivamente:

(22) Não serve de argumento o acto que o colle-|ga procurou relacionar com esse que aconse-|lha. Além das condições de iniciativa e exe-|cução, que são diversas, ha mais a notar que a|oposição em Campinas era quasi geral da|parte d'aquelles que tinham que pagar o impos-|to. Suppômos mesmo, não podemos afirmar de|prompto, que a tabella não fora aprovada re-|gularmente pela Assembleia.||*Mas, dado que* a camara municipal de Cam-|pinas se julgasse com direito de suspender a|execução da cobrança de uma tabella de im-|postos, *ainda assim* as razões que lá podiam|ter determinado esse procedimento não são

as|mesmas que apresentaram os srs. lavradores de|Pindamonhangaba [APSPXIX-1884/094].

- (23) *Si*, pois, a província fosse possível ap-|plicar maior parte de sua renda a esses|dous poderosos factores do seu progresso,|maior seria também a sua riqueza e pros-|peridade. || *Mas* a centralização pêa-lhe os movi-|mentos, abafa as aspirações e impõe uma |distribuição de rendas em grande parte|com destino improdutivo, mesmo com re-|lação ao todo. || *Ainda assim* devem os paulistas em|cada anno fazer a conta do Deve e Haver|com o império para ter certeza do quan-|to vale na união, como esta estabelecida|no regimen actual, que parece não com-|prehendel-a sem as fortes cadêas da cen-|tralização [APSPXIX-1881/072].

Em (22), as características especificadas anteriormente estão presentes no mesmo contexto: P é iniciada pela adversativa *mas*, seguida por *dado que*, parafraaseável por *embora*, e Q inicia-se por *ainda assim* que, no segundo membro coordenado, enuncia um argumento não considerado, em relação ao qual o argumento anterior, embora admitido (= *ainda assim*), é considerado menos relevante do que o que vem acrescentado. Em (23), além de o contexto apresentar a coocorrência de *ainda assim* e *mas*, a condicionalidade está também presente.

Além dos contextos de ambiguidade já expostos, nas ocorrências das TDs do Iboruna, observam-se outros, importantes para o processo de desenvolvimento, refletido sincronicamente, em que a interpretação dos itens como componentes de uma locução com acepção contrastiva depende, imprescindivelmente, de sua realização prosódica:

- (24) ... ah salgado eu faço aquelas coisas bá::sicas *mesmo assim*... éh:: uma coisa que eu faço todo dia é milho refogado [AC-116/RP910].
- (25) foram seis meses... saindo::... aí voltei com e::le... meio na escond/ escondida *assim*... minha avó num sabe *ainda:: assim* alguns parentes sabem... meu pai e minha mãe sa::bem tudo [AC-052/NE163].
- (26) mas é uma organização mui::to bacana... as ruas bem largas... pra gente fazê(r) caminha-da e dá pra passá(r) os carros *assim mesmo*... porque lá a gente num caminha pelas calçadas... [AC-152/DE1239].

Em (24), embora contíguos sintaticamente, é inadequada a leitura contrastiva de *mesmo* e *assim*, o que indica um uso não reanalisado dos itens, em “eu faço aquelas coisas básicas *mesmo*” e *assim* atuando como MD preenchedor de pausa em contexto hesitativo (marcado pela expressão *eh::e* por pausas não preenchidas), sinalizando a procura por um assunto para ser desenvolvido no tópico. Nesse caso, as análises sintático-

semântica e pragmática são suficientes para que se chegue a esta conclusão.

Entretanto, em (25), a sintaxe, a semântica e até a pragmática permitem a interpretação de P como “minha avó não sabe” e Q, introduzida pela locução contrastiva “*ainda assim* alguns parentes sabem...”, baseando a leitura na quebra de expectativas que representa outros parentes saberem do namoro se a avó não sabe. Ter-se-ia um uso prototípico da locução. Entretanto, a audição do inquerito e uma análise prosódica revelam um uso de *ainda* e *assim* não reanalisado na locução, de forma que *ainda* mantém sua acepção temporal, associando-se ao contorno entoacional descendente de “minha avó não sabe *ainda*”, com pausa separando esse enunciado prosódico do seguinte, iniciado por *assim*, realizado com contorno entoacional ascendente, sinalizando cataforicamente o enunciado “alguns parentes sabem... meu pai e minha mãe sa::bem tudo”. Apesar disso, esse contexto evidencia um ambiente propício para a reanálise formal, na constituição da locução, dado que, semanticamente e pragmaticamente, a acepção contrastiva pode ser inferida a partir dele, cf. sugere leitura do tipo: *minha avó num sabe (ainda)... ainda assim alguns parentes sabem*.

De forma semelhante, em (26), apenas a análise prosódica garante, agora, a interpretação contrastiva da locução no complexo, com P, “as ruas bem largas... pra gente fazê(r) caminhada”, e Q “e dá pra passá(r) os carros assim mesmo”, ao invés da análise de *assim* como Sinalizador de construção de Quadro Mental (cf. Lopes-Damasio 2011), associado à descrição “e dá pra passá(r) os carros *assim*”, e *mesmo* ligado a *porque* em “*mesmo* porque lá a gente num caminha pelas calçadas”. Mesmo a leitura não atestada pela análise prosódica<sup>17</sup> não deixa de evidenciar o significado contrastivo do complexo.

Portanto, nos usos mais gramaticalizados, que estou chamando aqui de usos prototípicos, a locução é empregada em orações consideradas livres e funcionalmente independentes. Para uma melhor ilustração desse funcionamento, recupero os pressupostos de Halliday (1985), conforme qua-

17 Prosodicamente, constata-se uma frase entoacional (I) em Q, marcada por contorno final descendente e por pausa que a separa da próxima I *porque lá a gente num caminha pelas calçadas*. Portanto, *assim mesmo* realiza-se no interior da mesma I, sem pausa separando os itens que constituem a locução.

dro abaixo, em que à notação 1 (inicial) e 2 (continuação), na parataxe, e  $\alpha$  (dominante) e  $\beta$  (dependente), na hipotaxe, acrescentar-se-ão P e Q:

	Primária	Secundária
Parataxe	1P (inicial)	2Q (continuação)
Hipotaxe	$\alpha$ P (dominante)	$\beta$ Q (dependente)

Quadro 1: Parataxe e hipotaxe.

De acordo com a análise realizada neste trabalho, em seus usos mais prototípicos, em 2Q, *mesmo/ainda assim* representa uma combinação de realce com a parataxe (1P x 2Q), produzindo o que é também um tipo de coordenação. A oração introduzida por *mesmo/ainda assim* integra a categoria *causal-condicional* apresentada por Halliday (1985, 213), marcando um significado de concessão-consequência, que, aqui, denominei de relação *contrastiva*, ao invés de concessiva, a fim de marcar uma diferença entre esses usos e os concessivos: se a oração em realce preceder, tornando-se temática, no complexo oracional, a relação é hipotática, e, portanto, concessiva, se a oração em realce proceder, como é o caso de 2Q introduzida por *mesmo/ainda assim*, a relação é paratática. No entanto, enfatizo que, com isso, não estou desconsiderando toda a fluidez semântico-cognitiva que perpassa esses usos, conforme exposição realizada nesta seção, mas, sim, considerando-a como indicativo do processo de mudança por que passa a locução. Note que aqui, como preconiza Halliday, embora haja a independência característica das orações paratáticas, a sequência/ordenação não pode ser alterada.

A partir desta análise qualitativa, algumas relações semântico-cognitivas, envolvidas no processo de GR da locução, serão apresentadas na seção seguinte.

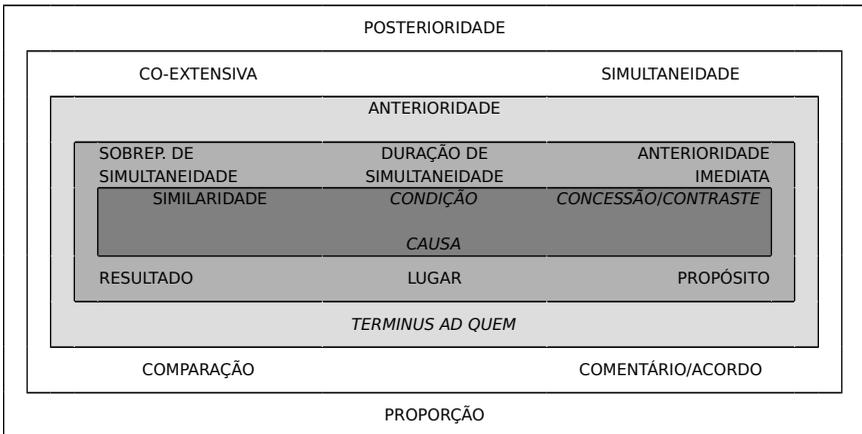
**5.2. AS RELAÇÕES SEMÂNTICO-COGNITIVAS DE MESMO/AINDA ASSIM EM GR.** O Quadro 2, abaixo, ilustra a organização interna do espaço semântico de relações interoracionais em termos de seus graus relativos de *discretude* e de *simplicidade/complexidade* cognitiva. A representação de caráter linear, tal como a que segue, pode ser considerada problemática, especialmente nesse conjunto de relações, caracterizadas como mais complexas e abstratas, em que se agrupam as noções de *causa*, *condição*, *contraste* e *concessão* no sistema ou macronível denominado de CCC (cf. Kortmann 1997). Entretanto, no que tange à organização da complexidade cognitiva crescente, nesse macronível, e ao fenômeno aqui analisado, a relação de

*contraste*, caracterizadora dos usos mais gramaticalizados da locução *mesmo/ainda assim*, é considerada mais complexa do que a de *causa/consequência* ou qualquer outra à sua esquerda e menos complexa do que a relação de *concessão* à sua direita, o que indica sua maior proximidade sintática com as construções adversativas.

NÃO-DISCRETUDE SEMÂNTICA E COMPLEXIDADE COGNITIVA DE RELAÇÕES INTERORACIONAIS							
Relações	-Grau de disretude			+Grau de disretude			
	-Grau de complexidade			+Grau de complexidade			
CCCC	Causa <i>because</i>	Condição <i>if</i>	Resultado <i>so that</i>	Propósito <i>in order that</i>	Condição concessiva <i>even if</i>	Contraste <i>whereas mesmo/ainda assim</i>	Concessão <i>although</i>

Quadro 2: Não-discretude semântica e complexidade cognitiva de relações interoracionais do sistema CCCC.

Segundo Kortmann (1997) existem evidências morfológicas e semânticas suportando a intuição de que relações interoracionais diferem quanto à *basicness* cognitiva ou centralidade para o raciocínio humano. Seus parâmetros permitem postular uma estrutura em camadas, no espaço semântico de relações interoracionais, de forma a caracterizar um núcleo de relações circunstanciais básicas e diversas camadas de relações cada vez mais periféricas, cf. a adaptação da figura que segue:



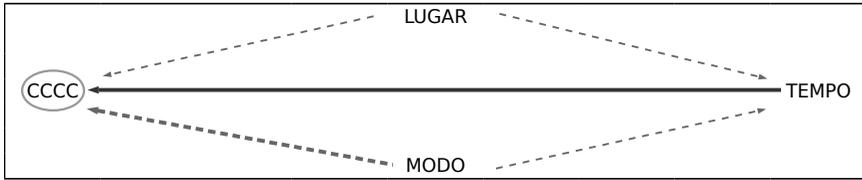
Esquema 1: *Basicness* cognitiva ou centralidade para o raciocínio humano.

Kortmann afirma, segundo sua pesquisa, que as doze relações que constituem o núcleo (representado em cinza) exibem o mais alto grau de lexicalização em juntores, isto é, em um número considerável de línguas, foram encontrados juntores codificando, lexicalmente, tais relações. A afirmação, portanto, é de que essa disponibilidade reflete a *basicness* cognitiva ou, em outras palavras, que “os princípios lexicais auxiliam na codificação dos cognitivos” (Kortmann 1997, 341; grifos do autor).

É crucial, para Kortmann (1997, 342), defender que esse conjunto central recebe suporte da análise da frequência em várias línguas, do que se conclui que *basicness* cognitiva de relações interoracionais pode, enfim, ter reflexos na língua, de modo a se caracterizar por itens altamente gramaticalizados ou, acrescento, em vias de GR. Segundo o autor, tal reflexo linguístico encontra identificação também com a estabilidade temporal, indicativa de que, na codificação das relações interoracionais mais básicas, estarão os juntores mais “velhos” em uma língua, ou seja, que já passaram, pelo menos, por mudanças morfo-semânticas ao longo do tempo. Diante dessa colocação e das análises conduzidas até aqui, estendo a afirmação de Kortmann, assumindo que não apenas juntores já estabilizados podem ser identificados nesse núcleo, mas também juntores que, ao longo do tempo, sofrem GR, o que equivale a dizer que os sistemas de relações semântico-cognitivas nucleares favorecem a emergência de mecanismos que, a partir do material linguístico disponível na língua, atuarão na constituição de formas novas de codificar velhas relações, o que pode ser ilustrado pelos usos, que configuram um processo de mudança via GR, da locução conjunta *mesmo/ainda assim*.

Kortmann (1997, 342) destaca que *complexidade cognitiva* e “*basicness*” *cognitiva* precisam ficar separadas, porque a segunda não necessariamente envolve a primeira, sendo o inverso também verdadeiro. Concessão/contraste é um exemplo de relação interoracional que exhibe alto grau de complexidade cognitiva e que, claramente, pertence ao conjunto central de relações cognitivamente básicas.

Do ponto de vista de um macronível, o espaço semântico das relações interoracionais identifica-se com quatro conjuntos de relações (cf. Esquema 2). Essas relações são: *locativas*, *temporais*, *modais* e *CCCC*.



Esquema 2: O espaço semântico das relações-macroníveis (adap. de Kortmann 1997, 178).

De acordo com esse mapa, o padrão representado pela locução conjunta *mesmo/ainda assim* sugere uma relação que parte, por conta do item *assim*, do sistema modal, em direção ao sistema CCCC. Essa locução revela usos bastante ambíguos, por aspectos distintos, expostos na análise semântico-formal, em que, a partir de uma leitura basicamente modal, mais concreta, pode-se inferir uma leitura contrastiva, mais abstrata. Entretanto, em contextos marcados por relações indicativas do sistema CCCC, como esse aqui analisado, além da fluidez semântico-cognitiva que caracteriza um aspecto do processo de GR entre macroníveis distintos (MODO > CCCC), o uso da locução caracterizado como *contrastivo* apresenta, da mesma forma, casos de polissemia interna a um mesmo sistema, em micronível. Há, nesse micronível, as relações de *causa* e *condição*, como características dos contextos que propiciam a emergência da acepção *contrastiva* do padrão, que, por sua vez, apresenta fluidez entre *adversidade* e *concessão*, conforme procurei destacar na seção anterior.

Esses resultados corroboram: (i) a unidirecionalidade das afinidades, refletidas nas direções observáveis mais frequentemente em mudanças semânticas<sup>18</sup> que geram juntores; e (ii) a polissemia —em macro e microníveis— envolvida em um processo de GR que faz emergir, a partir do repertório já disponível na língua, construções gramaticais que deslizam de usos menos para mais abstratos, não apenas entre domínios semântico-cognitivos distintos (MODO > CCCC), mas também dentro de um mesmo domínio (CCCC).

**6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.** O processo de mudança aqui focalizado sofre influência dos contextos linguístico-pragmáticos que o subjazem. Estes, por sua vez, estão associados diretamente às características das TDs focalizadas.

18 Essa mudança é acompanhada, no processo, por mudança categorial.

De modo geral, na TD carta, as análises mostraram, embora em contextos relevantes para a emergência da acepção e do funcionamento da locução juntiva de valor contrastivo, situações de não reanálise ou de ambiguidade em relação às características dessa construção. Nos editoriais, os contextos de sua utilização continuaram permeados por aspectos concessivos, adversativos e/ou condicionais, por vezes até de forma contígua (o que, além de indicar o próprio desenvolvimento da locução, justifica sua acentuada fluidez entre concessão e adversidade). Apesar disso, a reanálise de *ainda/mesmo* e *assim* mostrou-se concluída na grande maioria das ocorrências, consideradas, portanto, prototípicas. Por sua vez, os dados de *e-mail* e das TDs do Iboruna mostraram contextos relevantes para a identificação de ambiguidades, principalmente, nestas últimas, em que se constataram relações de contiguidade sintagmática na possível implementação da mudança, refletida sincronicamente, associada, muitas vezes, a fatores que extrapolam a análise sintática, semântica e pragmática, exigindo uma análise de cunho prosódico.

Esses resultados confirmam, de forma evidente, tratar-se de um processo de mudança ainda em curso, e permitem, além disso, a realização de algumas afirmações, no que tange ao processo de GR da locução em correlação às TDs focalizadas:

- a) Com base na análise dos usos não-prototípicos da locução, há relações entre as TDs carta, *e-mail* e TDs do Iboruna, apesar das distintas bases semióticas que as subjazem, indiciando, portanto, aspectos sintomáticos da heterogeneidade constitutiva da escrita, nos moldes de Corrêa (1997).
- b) A TD editorial favorece os usos prototípicos da locução, ainda que em ambientes fortemente marcados por traços semântico-cognitivos e formais característicos de contextos em que a locução emerge. De fato, as condições de produção da TD editorial favorecem esse tipo de constatação, uma vez que privilegiam dimensões da ação comunicativa voltadas para o protesto, a refutação, a negação, a objeção, o repúdio, a recusa, a oposição, entre outras intrinsecamente marcadas pela atividade fortemente argumentativa, pública e planejada, em que são privilegiados padrões juntivos de maior complexidade semântica. É, portanto, possível confirmar que a mudança via GR que leva à emergência da locução contrastiva aqui analisada é favorecida por uma tradição textual de características mais formais, na qual o ganho

de expressividade —que está na base da mudança— liga-se diretamente ao que é considerado expressivo nesta tradição.

Dessa forma, no estudo menos monolítico da história da língua a partir da consideração de diferentes TDs, os usos da locução aqui investigada, desde o século XVIII até a sincronia atual, comprovam que, sincronicamente, sentidos adjacentes são também diacronicamente adjacentes (Traugott 1982). Mostram, assim, que os sentidos que caracterizam a fonte de derivação, na diacronia, refletem-se como fonte de polissemia e ambiguidade, na perspectiva sincrônica. Entretanto, nessa relação entre as perspectivas e o processo de GR, ganha destaque a implementação da mudança em cada uma das TDs focalizadas, que revelam usos da locução em estágios distintos do processo: TDs carta, *e-mail* e TDs do Iboruna, com usos menos prototípicos, em estágios mais incipientes da mudança, e TD editorial, com os mais prototípicos, em estágio mais avançado.

#### BIBLIOGRAFIA

- Aschenberg, Heidi. 2003. “*Diskurstraditionen - Orientierungen und Fragestellungen*”. En *Romanische Sprachgeschichte und Diskurstraditionen*, editado por Heidi Aschenberg e Raymond Wilhelm, 1-18. Tübingen: Narr.
- Barbosa, Afrânio e Célia Lopes. 2002. *Cartas de leitores e de redatores*. Cópia digital.
- . 2006. *Críticas, queixumes e bajulações na Imprensa Brasileira do século XIX: cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ, Pós-Graduação em Letras Vernáculas; FAPERJ.
- Brandão, Helena Hathsue Nagamine, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira Andrade e Zilda Gaspar Oliveira de Aquino. 2007. “Cartas da administração privada e cartas particulares: estudo da organização discursiva”. Mimeo.
- Ciapuscio, Guiomar, Konstanze Jungbluth, Dorothee Kaiser e Célia Lopes, ed. 2006. *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Madrid: Iberoamericana.
- Chen, Guohua. 2000. “The grammaticalization of concessive markers in Early Modern English”. En *Pathways of change: Grammaticalization in English*, editado por Olga Fischer, Anette Rosenbach e Dieter Stein, 85-108. Philadelphia, PA: John Benjamins Publishing Company.
- Corrêa, Manoel Luiz Gonçalves. 1997. “O modo heterogêneo de constituição da escrita”. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas.
- Coseriu, Eugenio. 1979. *Sincronia, diacronia e história: O problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença.
- Cruz, Glenda Demes da. 2006. “O e-mail e sua produção no meio eletrônico: O suporte afeta o gênero?”. *Revista Letra Magna* 3: 1-22.
- Guimarães, Eduardo R. J. 1987. *Texto e argumentação*. Campinas: Pontes.
- Halliday, Michael A. K. 1985. *An introduction to functional grammar*. New York: Arnold.
- Halliday, Michael A. K. e Ruqaiya Hasan. 1976. *Cohesion in English*. London: Longman.

- Harris, Martin B. 1988. "Concessive clauses in English and Romance". En *Clause combining in grammar and discourse*, editado por John Haiman e Sandra A. Thompson, 71-99. Amsterdam: John Benjamins.
- Heine, Bernd. 2003. "Grammaticalization". En *The handbook of historical linguistics*, editado por Brian D. Joseph e Richard D. Janda, 575-601. Blackwell Publishing.
- Heine, Bernd, Ulrike Claudi e Friederike Hünemeyer. 1991. *Grammaticalization: A conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Hopper, Paul J. e Elizabeth Closs Traugott. 1993. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kabatek, Johannes. 2004. "Tradiciones discursivas jurídicas y elaboración lingüística en la España medieval". *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 27: 249-261.
- . 2005a. "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico". *Lexis* 29 (2): 151-177.
- . 2005b. "Sobre a historicidade dos textos". *Linha d'água* 17: 157-170.
- . 2005c. "Las tradiciones discursivas del español medieval: historia de textos e historia de la lengua". *Iberoamericana* 62: 28-43.
- . 2006. "Tradições discursivas y cambio lingüístico". En *Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas en Latinoamérica*, editado por Guiomar Ciapuscio, Konstanze Jungbluth, Dorothee Kaiser e Célia Lopes, 151-172. Madrid: Iberoamericana.
- . 2008. "Introducción". En *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*. Madrid: Iberoamericana.
- Koch, Ingedore Grunfeld Villaça. 2001. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto.
- Koch, Peter. 2008. "Tradiciones discursivas y cambio lingüístico: el ejemplo del tratamiento *vuestra merced* en español". En *Sintaxis histórica del español y cambio lingüístico: Nuevas perspectivas desde las Tradiciones Discursivas*, editado por Johannes Kabatek. Madrid: Iberoamericana.
- Koch, Peter e Wulf Oesterreicher, ed. 2007. *Lengua hablada en la Romania: español, francés, italiano*. Madrid: Gredos.
- König, Ekkehard. 1985. "On the history of concessive connectives in english: Diachronic and synchronic evidence". *Lingua* 66: 1-19.
- Kortmann, Bernd. 1997. *Adverbial subordination: A typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin, New York: Mouton de Gruyter.
- Longhin-Thomazi, Sanderléia Roberta. 2011a. "Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída". *Alfa* (São Paulo) 55 (1): 225-248.
- . 2011b. "Junção e(m) aquisição: aspectos morfossintáticos e cognitivos". *Gragoatá* (Niterói) 30 (1): 221-240.
- . 2012. "Junção, tradição discursiva e mudança linguística". En *História do português paulista*, editado por Manoel Mourivaldo Santiago Almeida e Maria Célia Pereira Lima Hernandes, 367-379. Campinas, SP: UNICAMP.
- Lopes, Célia Regina dos Santos. 2012. "Tradição textual e mudança linguística: aplicação metodológica em cartas de sincronias passadas". En *História do português brasileiro no Rio Grande do Norte: Análises linguística textual da correspondência de Luís Câmara Cascudo a Mário de Andrade 1924 a 1944*, editado por Marco Antonio Martins e Maria Alice Tavares, vol. I, 17-54. Natal: EDUFRRN.
- Lopes-Damasio, Lúcia Regiane. 2011a. *Diacronia dos processos constitutivos do texto relativos a assim: Um novo enfoque da gramaticalização*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- . 2011b. "Gramaticalização e Tradição Discursiva: Um estudo dos processos constitutivos do texto relativos a assim". En *Textos selecionados: XXVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, 325-342. Lisboa: APL.

- Marcuschi, Luiz Antônio. 2008. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial.
- Martelotta, Mário Eduardo. 1998. "Gramaticalização e graus de vinculação sintática em cláusulas concessivas e adversativas". *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos* 3: 37-56.
- Neves, Maria Helena de Moura. 1999. "As construções concessivas". En *Gramática do português falado*, vol. II, *Novos estudos*, 545-591. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP.
- Oesterreicher, Wulf. 1997. "Zur Fundierung von Diskurstraditionen". En *Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit*, editado por Barbara Frank, Thomas Haye e Doris Tophinke, 19-41. Tübingen: Narr.
- Quirk, Randolph, Sidney Greenbaum, Geoffrey Leech e Jan Svartvik. 1985. *A comprehensive grammar of the English language*. London, New York: Longman.
- Simões, José da Silva. 2007. "Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro". Tese de doutorado, Universidade de São Paulo.
- Simões, José da Silva e Verena Kewitz. 2006. *Cartas paulistas dos séculos XVIII e XIX: Uma contribuição para os corpora do PHPB*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP.
- Sweetser, Eve. 1990. *From etymology to pragmatics*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Traugott, Elizabeth Closs. 1982. "From propositional to textual and expressive meanings: Some semantic-pragmatic aspects of grammaticalization". En *Perspectives on historical linguistics*, editado por Winfred P. Lehmann e Yakov Malkiel, 245-271. Amsterdam: John Benjamins.
- . 2003. "Constructions in grammaticalization". En *The handbook of historical linguistics*, editado por Brian D. Joseph e Richard D. Janda, 245-272. Oxford: Blackwells.
- Traugott, Elizabeth Closs e Ekkehard König. 1991. "The semantic-pragmatics of grammaticalization revisited". En *Approaches to grammaticalization*, editado por Elizabeth Closs Traugott e Bernd Heine, vol. 1. Amsterdam: John Benjamins.
- Ximenes, Expedito Eloísio. 2009. "Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas da linguagem jurídico-criminal da capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX". Tese de doutorado, Universidade Federal do Ceará.

**Lúcia Regiane Lopes-Damasio**

Universidade Federal de Mato Grosso

[luciaregiane@bol.com.br](mailto:luciaregiane@bol.com.br)

Trabajo recibido el 11 de noviembre de 2013 y aprobado el 16 de febrero de 2014.